



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº DE 2019

(Sr. Heitor Schuch e Vilson da Fetaemg)

Requeremos a realização de Audiência Pública para debater o alto índice de indeferimentos de benefícios previdenciários dos agricultores e das agricultoras familiares (segurados especiais).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater o alto índice de indeferimentos de benefícios previdenciários dos agricultores e das agricultoras familiares (segurados especiais). Para tanto, sugerimos que sejam convidados a comparecer a esta audiência pública os seguintes convidados:

- Secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho;
- Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Aristides Veras dos Santos;
- Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Joel Silveira;
- Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Jane Berwanger.

Justificativa

Embora a Proposta de Emenda à Constituição 6/19 que trata da Reforma da Previdência, não traga alterações na contribuição e nos benefícios dos rurais, na prática, o Governo vem promovendo a reforma da previdência para o trabalhador rural através de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

orientações internas e procedimentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que estão levando ao indeferimento de milhares de benefícios.

Conforme dados divulgados pelo próprio INSS, neste ano 60% dos pedidos foram indeferidos. Em 2018, a média nacional era de 30%, percentual que já era considerado alto pelos especialistas.

Conforme manifestação da Fetag-RS, foi criada, através de um ofício-circular do INSS, uma autodeclaração extremamente burocrática, com inúmeras informações que não são relevantes para a análise do benefício (e que não estão previstas em lei), tais como o CPF dos vizinhos, título de eleitor e Carteira de Habilitação de todos os filhos, e valor anual da produção, o que está gerando muitas dúvidas aos agricultores e agricultoras, e nas próprias agências do INSS. É difícil que o agricultor consiga sozinho preencher todas as informações.

Outro problema é a análise dos benefícios rurais em “lista nacional”, o que está gerando muitos equívocos, pois os servidores do INSS do Norte não conhecem a realidade do Sul e vice-versa. Os sistemas de produção são muito diferentes. Pode-se citar como exemplos: indeferimento quando o segurado que foi presidente do Círculo de Pais e Mestres, quando a quantidade de produção é elevada, ou ainda quando o segurado tem Declaração de Aptidão do Pronaf em categoria D, etc.

A mudança no procedimento da arrecadação das contribuições, com a criação do CAEPF (Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física) - utilizado quando o agricultor vende a produção rural para empresas e cooperativas – também está gerando indeferimento. Ou seja, o agricultor está cumprindo uma obrigação legal e está sendo penalizado.

Portanto, o objetivo da presente audiência pública é debater as razões para o elevado número de indeferimentos de benefícios previdenciários dos agricultores e das agricultoras familiares – segurados especiais, além da demora na concessão desses benefícios por parte do INSS.

Nesse sentido, nós da Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar, consideramos fundamental debater os mecanismos e critérios que vem sendo utilizados para dificultar a concessão da aposentadoria rural para os trabalhadores mais humildes.

Nestes termos, pedimos a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em

de outubro de 2019.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado **Heitor Schuch (PSB/RS)**

Deputado **Vilson da Fetaemg (PSB/MG)**